AIAAV
ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE

Cultura, Incentivos Fiscais e Capital Simbólico:

Quanto Vale uma Reputação?

Uma análise territorial dos investimentos do Instituto Cultural Vale

2022–2025



Cultura, Incentivos Fiscais e Capital Simbólico: Quanto Vale uma Reputação?

Uma análise territorial dos investimentos do Instituto Cultural Vale (2022–2025)



FICHA TÉCNICA

Texto
O texto desta cartilha é uma adaptação do artigo homônimo de autoria de Gabriel Gomes Strautman* e Lanna Luz**

*É economista, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ e consultor nas áreas de direitos humanos, indústria extrativa e financiamento ao desenvolvimento.

** É jornalista, graduada e especialista em Comunicação Institucional pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenação editorial do Mapa da Mina, com atuação em gestão da informação, educação midiática e análise de projetos socioambientais e culturais.

Revisão
Carmen Castro
Felipe Duran

Colagens e ilustrações
@amanposters

Administração

Apoio

Introdução

A partir de 2020, observa-se uma ampliação significativa da presença da marca Vale em iniciativas e projetos culturais em diferentes regiões do Brasil. Editais, exposições, festivais, equipamentos culturais e materiais promocionais passaram a exibir com frequência o logotipo da empresa, associado a discursos que vinculam mineração, diversidade cultural, democratização do acesso e desenvolvimento social.

Essa intensificação ocorre na esteira dos rompimentos das barragens de Mariana (2015) e Brumadinho (2019), eventos que produziram graves danos socioambientais, desencadearam disputas judiciais de grande escala e colocaram a companhia sob intenso escrutínio público nacional e internacional.

No mesmo período em que se ampliam reivindicações por reparação e questionamentos acerca da legitimidade social da mineração em territórios impactados, consolida-se a narrativa institucional da Vale como uma das maiores incentivadoras privadas da cultura no país. Tal afirmação encontra respaldo formal nos dados do Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (SALIC), que registram elevados volumes de desembolso por meio da Lei nº 8.313/1991, conhecida como Lei Rouanet.



Contudo, essa posição de destaque exige precisão conceitual, uma vez que parcela expressiva dos recursos mobilizados decorre de renúncia fiscal autorizada pelo Estado. Trata-se de imposto que deixaria de ingressar no Tesouro Nacional e passa a ser direcionado segundo a decisão do contribuinte incentivador, recurso de origem pública que, uma vez aplicado, pode converter-se em capital simbólico corporativo.

Diante desse cenário, coloca-se a questão de como os investimentos culturais da Vale se inserem em sua estratégia institucional mais ampla e quais sentidos políticos, territoriais e reputacionais podem ser atribuídos a essas iniciativas. Até que ponto o patrocínio cultural opera como instrumento de reparação simbólica, de produção de legitimidade social ou de gestão de conflitos em contextos marcados por violações socioambientais? E onde se localiza o limite entre fomento cultural, política pública indireta e estratégia de comunicação corporativa?

Este estudo propõe analisar os investimentos culturais realizados pela Vale por meio do Instituto Cultural Vale, com foco na Chamada Instituto Cultural Vale entre 2022 e 2025, buscando compreender sua distribuição territorial, seus padrões estruturais e suas possíveis sobreposições com áreas estratégicas para a atuação minerária e logística da empresa. A pesquisa combina análise documental de materiais institucionais, levantamento sistemático de dados públicos do SALIC e contextualização dos conflitos socioambientais associados às operações da companhia, com o objetivo de contribuir para a construção de uma linha crítica de investigação sobre mineração, cultura e território no Brasil contemporâneo.



Afinal, onde **estão os investimentos** em cultura da Vale?



No âmbito da Lei Rouanet, os incentivadores são contribuintes do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza que realizam doações ou patrocínios a projetos culturais previamente aprovados pelo Ministério da Cultura. O mecanismo permite que parte do imposto devido seja redirecionada ao financiamento cultural, dentro dos limites legais estabelecidos.

Para as empresas, trata-se de instrumento que combina dedução fiscal e visibilidade institucional. A depender do enquadramento do projeto, é possível a dedução total ou parcial do valor aportado. Ainda que juridicamente se trate de renúncia fiscal autorizada, e não de gasto orçamentário direto da União, o recurso possui natureza pública na medida em que corresponde ao tributo devido.

Renúncia fiscal e capital simbólico

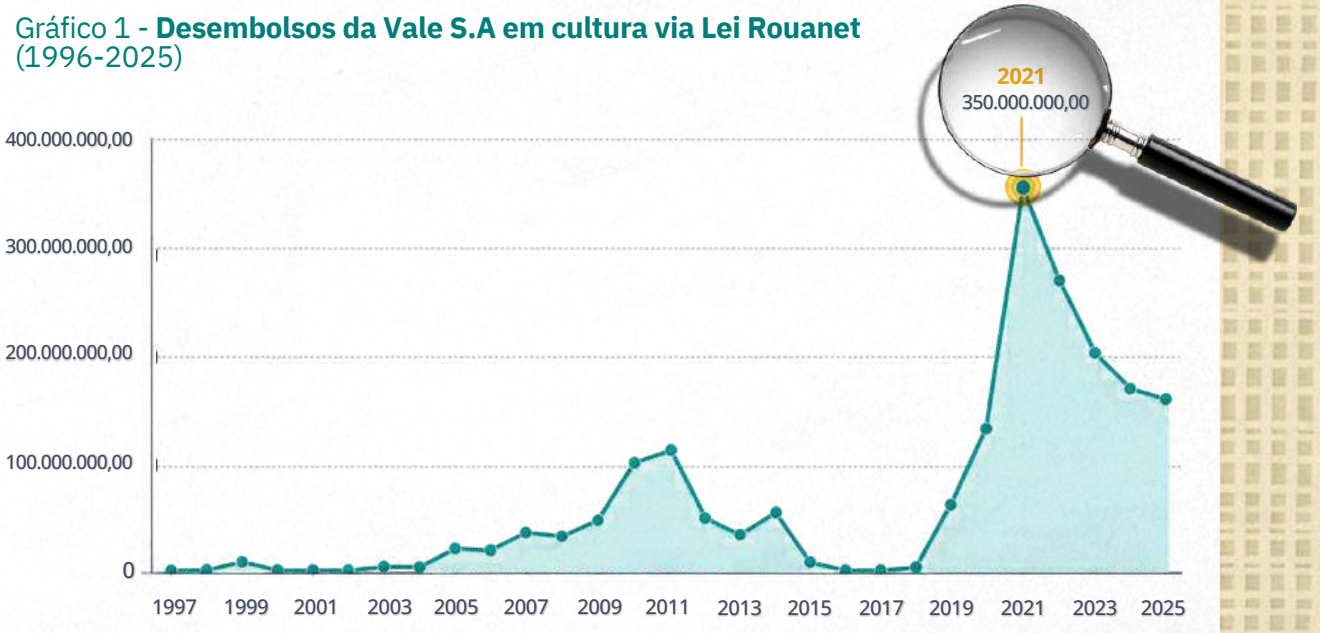
A Lei Rouanet autoriza que empresas destinem parte do Imposto de Renda devido a projetos culturais aprovados. O valor aportado não corresponde, em regra, a recurso adicional voluntariamente desembolsado, mas a tributo que deixaria de ingressar no Tesouro Nacional.

A origem do recurso é pública. A decisão de destinação é privada. A visibilidade institucional, contudo, é integralmente apropriada pela empresa patrocinadora. Essa distinção é central para compreender o protagonismo empresarial no financiamento cultural brasileiro.

Nesse contexto, a Vale consolidou-se entre os principais agentes privados de financiamento cultural no país, figurando desde 2005 entre os três maiores incentivadores, alcançando a primeira posição no ranking entre 2019 e 2023 e passando à segunda colocação a partir de 2024[1], quando a Petrobras retoma o posto de principal incentivadora. Ainda assim, manteve-se como a empresa privada líder em investimentos culturais no período recente.

A série histórica revela movimentos relevantes. De acordo com o Gráfico 1, a participação da Vale S.A. no fomento à cultura por meio da Lei Rouanet iniciou-se em 1996, ainda no período em que a empresa era estatal. Após a privatização, observa-se expansão consistente dos desembolsos ao longo dos anos 2000, culminando em valores superiores a R$ 100 milhões anuais entre 2010 e 2011, período que coincide com o ciclo de valorização internacional do minério de ferro.

Gráfico 1 - **Desembolsos da Vale S.A em cultura via Lei Rouanet** (1996-2025)



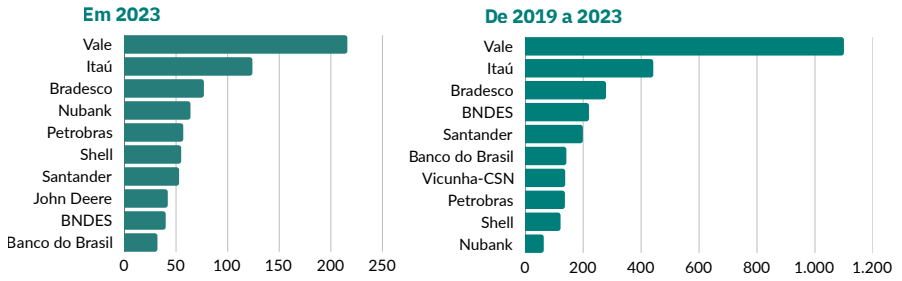
Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do SALIC/Ministério da Cultura

Fonte: Prosas



Líderes do incentivo

Empresas que mais investiram em cultura, em R$ milhões



1. VALOR ECONÔMICO. Quais são as empresas que mais investem em cultura no Brasil. Eu & Valor Econômico, 31 jul. 2024. Disponível em: https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2024/07/31/quais-sao-as-empresas-que-mais-investem-em-cultura-no-brasil.ghtml. Acesso em: 03 fev. 2025.



A partir de 2015, ano do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, verifica-se retração significativa nos aportes culturais, com redução acentuada entre 2016 e 2018. Em contraste, após o rompimento da barragem B1, em Brumadinho, em 2019, observa-se retomada abrupta dos desembolsos. Essa retomada não se limitou ao volume financeiro: foi acompanhada de reorganização institucional da política de patrocínio, culminando na criação, em 2020, do Instituto Cultural Vale (ICV)[2], estrutura dedicada à gestão sistematizada dos investimentos culturais da companhia.

A partir desse momento, o financiamento cultural deixa de operar apenas como linha de patrocínio e passa a integrar estratégia institucional mais formalizada, com centralidade comunicacional e territorial crescente. **É justamente nesse ponto que a dimensão geográfica dos investimentos se torna decisiva: não apenas quanto se investe, mas onde se investe.**

2. VALE S.A. Vale lança Instituto Cultural Vale. Disponível em: https://vale.com/pt/w/vale-lan%C3%A7a-instituto-cultural-vale . Acesso em: 03 fev. 2026.



O **Instituto Cultural Vale (ICV)** e a estrutura de financiamento

Criado em setembro de 2020, com o propósito declarado de “promover a democratização do acesso à cultura, a diversidade de manifestações artísticas e o fortalecimento da economia criativa”[3], o Instituto Cultural Vale (ICV) afirma ter investido, desde então, cerca de R$ 1,2 bilhão no patrocínio de mais de mil projetos culturais no país[4].

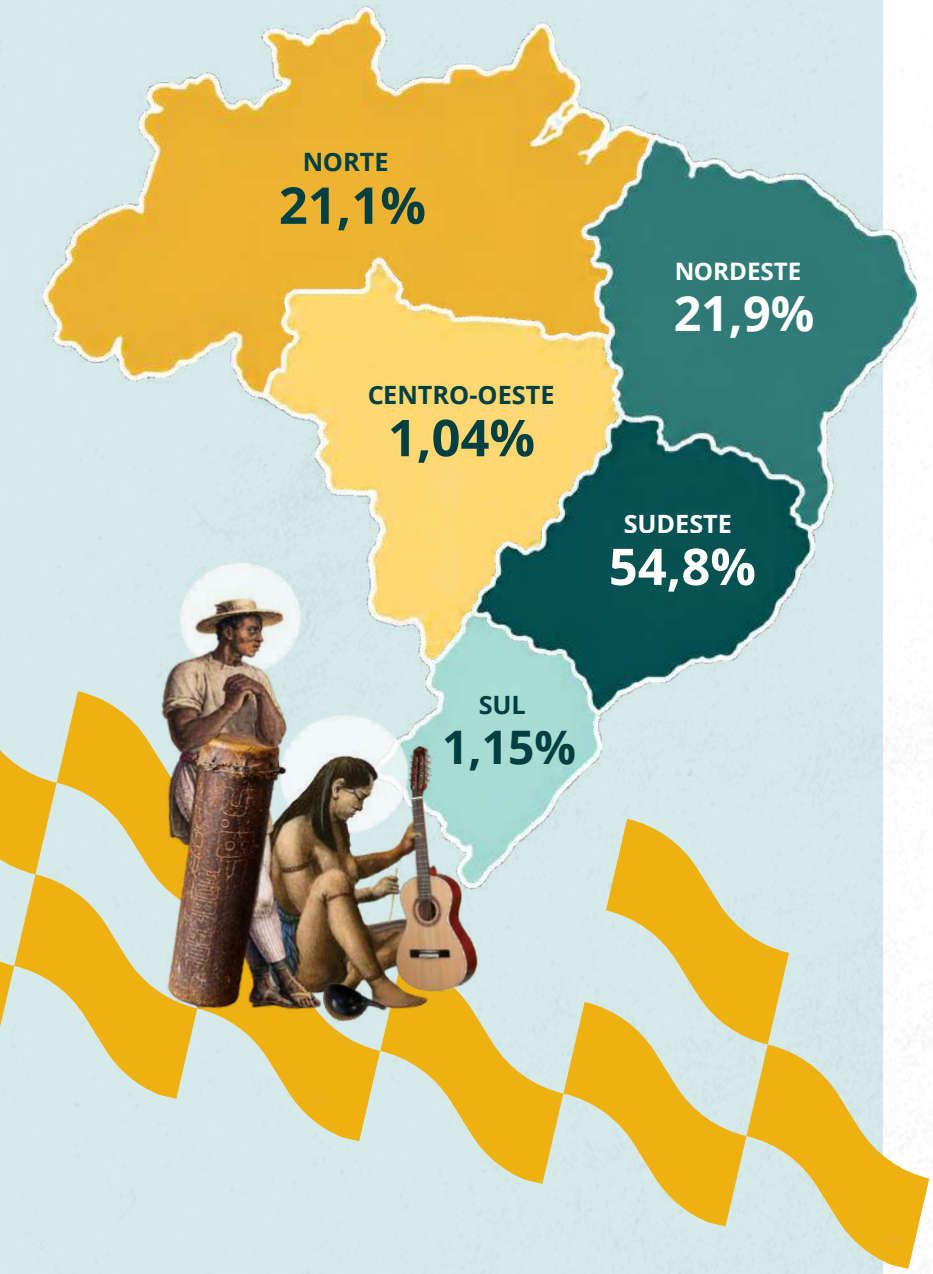
No interior desse conjunto amplo de iniciativas, destaca-se a Chamada Instituto Cultural Vale[5], apresentada como o principal instrumento estruturante de concessão de apoios, tanto pelo volume de recursos mobilizados quanto pelo modelo de seleção adotado.

Os mais de R$ 30 milhões desembolsados por meio da Chamada Instituto Cultural Vale em 2024 assumem relevância estratégica no conjunto das ações do Instituto, sobretudo quando analisados à luz da composição das fontes de financiamento mobilizadas. Naquele ano, o Instituto declarou investimento total de R$ 262 milhões, dos quais R$ 198,2 milhões tiveram origem em recursos incentivados e R$ 64,4 milhões corresponderam a recursos próprios[6]. Nesse contexto, os valores alocados por meio da Chamada Pública representaram cerca de 11,5% do total investido e, de forma ainda mais expressiva, aproximadamente 15,1% do volume de recursos incentivados.

Esses números indicam que a Chamada concentra parcela significativa da renúncia fiscal mobilizada pela instituição, canalizada para um instrumento que se apoia em editais públicos e procedimentos formais de seleção, com participação de avaliadores externos. Mais do que seu peso financeiro relativo, a Chamada funciona como vitrine pública da política cultural da empresa e como elemento central de sua estratégia de governança cultural e gestão reputacional.

3. INSTITUTO CULTURAL VALE. Relatório de atividades – 2024. [S.l.]: Instituto Cultural Vale, out. 2025. Disponível em: https://institutoculturalvale.org/wp-content/uploads/2025/10/Relatorio-de-Atividades-ICV_2024.pdf . Acesso em: 03 fev. 2026.
4. INSTITUTO CULTURAL VALE. Chamada Instituto Cultural Vale. Disponível em: https:/ /institutoculturalvale.org/editais/chamada-instituto-cultural-vale/ Acesso em: 03 fev. 2026.
5. INSTITUTO CULTURAL VALE. Chamada Instituto Cultural Vale. Disponível em: https://institutoculturalvale.org/editais/chamada-instituto-cultural-vale/ Acesso em: 03 fev. 2026.
6. VALE S.A. Vale lança Instituto Cultural Vale. Disponível em: https://vale.com/pt/w/vale-lan%C3%A7a-instituto-cultural-vale . Acesso em: 03 fev. 2026.

Gráfico 2 - **Projetos apoiados através da Chamada Instituto Cultural Vale por Região** (2022 -2025)



Territorialização dos apoios da Chamada (2022–2025)

Entre 2022 e 2025, foram concedidos, por meio da Chamada Instituto Cultural Vale, apoios a 221 projetos culturais distribuídos por 21 unidades da federação[7], totalizando mais de R$ 114 milhões em investimentos. Trata-se, portanto, de volume expressivo de recursos concentrado em instrumento específico de financiamento, dentro da arquitetura institucional do Instituto.

O mapa demonstra que a distribuição regional desses valores apresenta forte concentração no Sudeste, que absorveu 54,8% dos recursos no período analisado. Em seguida aparecem Nordeste e Norte, com 21,9% e 21%, respectivamente. As regiões Sul e Centro-Oeste receberam parcelas residuais dos investimentos[8], correspondentes a 1,15% e 1,04% do total.
O padrão evidencia assimetria territorial significativa na alocação dos recursos.

O aprofundamento da análise em nível estadual, conforme apresentado na Tabela 3, revela concentração ainda mais acentuada. Seis estados concentram a maior parte dos investimentos.

O Rio de Janeiro destaca-se como o estado com maior número de projetos apoiados, 20,81%, e também como aquele que absorveu a maior parcela dos recursos, 19,77%. Em seguida, sobressaem-se o Pará, segundo em volume de desembolso, 16,55%, e terceiro em número de projetos, 13,57%, e Minas Gerais, terceiro em recursos mobilizados, 15,92%, e segundo em quantidade de projetos, 17,65%.

7. Não receberam apoio por meio da Chamada Instituto Cultural Vale os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, Sergipe e Roraima.

8. O presente trabalho considerou a origem do CPF do proponente do projeto.

Completam esse grupo o Maranhão, que concentrou 11,03% dos recursos e 11,76% dos projetos, São Paulo, com 10,98% dos recursos e 7,69% dos projetos, e o Espírito Santo, com 8,15% dos recursos e 9,05% dos projetos. Em conjunto, esses seis estados concentram 82,4% do total de recursos e 80,4% dos projetos apoiados no período analisado.

Importa destacar que, ao longo dos quatro anos examinados, a participação desse grupo no volume total de desembolsos nunca foi inferior a 80%. Não se trata, portanto, de concentração circunstancial, mas de padrão persistente.



Tabela 3 - **Projetos e Valores Desembolsados através da Chamada Instituto Cultural Vale por Unidade da Federaçã** (2022 -2025)

UF	2022	PROJETOS	2023	PROJETOS	2024	PROJETOS	2025	PROJETOS	TOTAL DESEMBOLSADO	%	NÚMERO TOTAL DE PROJETOS	%
RJ	8.138.908,48	13	3.304.000,00	7	5.400.307,59	13	5.710.000,00	13	22.553.216,07	19,77%	46	20,81%
PA	1.999.290,66	2	4.235.000,00	5	7.357.547,52	13	5.290.000,00	10	18.881.838,18	16,55%	30	13,57%
MG	6.234.046,76	11	3.256.000,00	6	3.733.999,00	11	4.940.000,00	11	18.164.045,76	15,92%	39	17,65%
MA	-	-	5.108.000,00	7	3.204.001,00	9	4.270.000,00	10	12.582.001,00	11,03%	26	11,76%
SP	3.155.937,41	5	5.274.000,00	7	2.100.000,00	2	2.000.000,00	3	12.529.937,41	10,98%	17	7,69%
ES	1.467.153,49	3	3.564.000,00	4	2.225.000,00	7	2.040.000,00	6	9.296.153,49	8,15%	20	9,05%
PE	387.875,00	1	1.429.000,00	3	1.800.000,00	4	1.080.000,00	2	4.696.875,00	4,12%	10	4,52%
AM	-	-	790.000,00	1	440.000,00	1	1.350.000,00	2	2.580.000,00	2,26%	4	1,81%
BA	-	-	950.000,00	1	400.000,00	1	1.150.000,00	2	2.500.000,00	2,19%	4	1,81%
CE	1.037.943,65	2	-	-	1.030.000,00	3	300.000,00	1	2.367.943,65	2,08%	6	2,71%
RO	800.000,00	1	-	-	540.000,00	1	-	-	1.340.000,00	1,17%	2	0,90%
DF	-	-	400.000,00	1	-	-	600.000,00	1	1.000.000,00	0,88%	2	0,90%
RN	-	-	500.000,00	1	500.000,00	1	-	-	1.000.000,00	0,88%	2	0,90%
PB	-	-	-	-	880.000,00	2	-	-	880.000,00	0,77%	2	0,90%
PI	-	-	790.000,00	1	-	-	-	-	790.000,00	0,69%	1	0,45%
AP	-	-	400.000,00	1	350.000,00	1	-	-	750.000,00	0,66%	2	0,90%
PR	460.571,64	1	-	-	55.010,00	1	200.000,00	1	715.581,64	0,63%	3	1,36%
SC	195.000,00	1	-	-	-	-	400.000,00	1	595.000,00	0,52%	2	0,90%
AC	-	-	-	-	-	-	480.000,00	1	480.000,00	0,42%	1	0,45%
AL	198.853,59	1	-	-	-	-	-	-	198.853,59	0,17%	1	0,45%
GO	-	-	-	-	-	-	190.000,00	1	190.000,00	0,17%	1	0,45%
TOTAL	24.075.580,68	41	30.000.000,00	45	30.015.865,11	70	30.000.000,00	65	114.091.445,79	100%	221	100%

Fonte: Elaboração dos autores a partir de dados do SALIC/Ministério da Cultura

Chama a atenção o fato de que os quatro estados que compõem o núcleo de maior concentração correspondem justamente a territórios estratégicos para a atuação minerária e logística da Vale. Pará e Minas Gerais concentram grandes complexos minerários; o Maranhão abriga a Estrada de Ferro Carajás (EFC) e o corredor logístico de exportação; o Espírito Santo integra o sistema portuário associado às operações da empresa.

Esse dado adquire relevância analítica quando articulado à hipótese central deste trabalho. Se a renúncia fiscal pode converter-se em capital simbólico corporativo, sua territorialização torna-se elemento-chave de interpretação.

A concentração reiterada dos recursos em determinados estados sugere que o critério de distribuição não se orienta exclusivamente por lógica demográfica ou por critérios culturais amplos, mas pode estar relacionado à presença operacional da empresa e à necessidade de consolidação de legitimidade institucional em territórios estratégicos.

O conjunto de evidências analisadas sugere que o investimento cultural via Lei Rouanet, tal como mobilizado pela Vale e por suas subsidiárias, não pode ser compreendido apenas como instrumento de fomento à cultura, mas como parte de uma estratégia institucional mais ampla, na qual renúncia fiscal, territorialização dos apoios e gestão reputacional se articulam de forma estreita.





A coincidência entre a intensificação dos aportes culturais, a concentração dos recursos em territórios-chave para a empresa e contextos de elevado escrutínio socioambiental e regulatório aponta para uma dinâmica em que a política cultural incentivada se torna também um espaço de produção de legitimidade e de apagamento de conflitos. Sem reduzir essa atuação a uma lógica unívoca ou causal, a análise evidencia a necessidade de refletir criticamente sobre os efeitos simbólicos, distributivos e políticos da centralidade assumida por grandes corporações no financiamento da cultura, especialmente quando esse protagonismo se apoia de maneira decisiva em mecanismos públicos de incentivo fiscal.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permite afirmar que os investimentos culturais realizados pela Vale por meio do Instituto Cultural Vale (ICV), especialmente via Lei nº 8.313/1991, não podem ser compreendidos apenas como ações de fomento cultural isoladas de seu contexto territorial, político e institucional. Não se questiona a legalidade do mecanismo de incentivo fiscal, tampouco o mérito artístico ou social dos projetos apoiados. A renúncia fiscal integra, há mais de três décadas, o desenho legítimo da política cultural brasileira.

Mas a territorialização dos investimentos entre 2022 e 2025 evidencia concentração recorrente em estados estratégicos para a atuação minerária e logística da empresa. Tal sobreposição não autoriza afirmar causalidade direta, mas indica padrão consistente de alinhamento entre política cultural incentivada e territórios de interesse operacional. Em contextos marcados por conflitos socioambientais, processos regulatórios sensíveis ou elevado escrutínio institucional, o patrocínio cultural adquire densidade político-simbólica ampliada, integrando arranjos mais amplos de produção de legitimidade social.

É igualmente fundamental distinguir investimento cultural de reparação socioambiental. A reparação decorre de responsabilidade jurídica por danos causados e vincula-se a instrumentos normativos específicos. O patrocínio via renúncia fiscal integra política pública de incentivo cultural e opera em campo distinto. Quando essas dimensões se confundem no imaginário social, o risco não é jurídico, mas democrático: iniciativas culturalmente legítimas podem passar a desempenhar função indireta de estabilização reputacional.



Diante disso, impõe-se uma pergunta que desloca o eixo do debate: quem, afinal, financia quem nessa dinâmica? As empresas, ao aportarem recursos, ou o próprio campo cultural, ao disponibilizar seu capital simbólico, sua legitimidade pública e sua capacidade de produção de sentido?

Se a cultura é direito e bem público, sua mobilização como ativo reputacional exige transparência informacional, clareza conceitual e debate público qualificado. Porque, quando o financiamento público se converte em valor simbólico privado, não está em disputa apenas a imagem de uma empresa, mas o próprio significado democrático da política cultural.



DEVOLVA A MINHA
CAIXA DO DIVINO
!!!
MEU CRIVADOR
ESSE TAMBOR
NUM É SEU

www.atingidosvale.com